



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - MAUS-TRATOS DE ANIMAIS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 2275/15	DATA: 03/11/2015	
LOCAL: Plenário 13 das Comissões	INÍCIO: 14h35min	TÉRMINO: 16h15min	PÁGINAS: 30

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ROSA STEFÂNIA MARINHO RODRIGUES - Presidente da ONG APA - Anjos da Proteção.  
TIZIANE MARIA ONOFRE MACHADO - Presidente da Associação Viva Bicho.

SUMÁRIO

Discussão da situação dos Centros de Controle de Zoonoses no Brasil.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.  
Houve exibição de vídeo.  
Houve exibição de imagens.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os fatos determinados como maus-tratos de animais.

Informo que se encontram à disposição dos Srs. Parlamentares cópias da ata da 22ª Reunião, realizada em 29 de outubro de 2015.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Pela ordem, Sr. Presidente. Solicito a dispensa da leitura da ata da sessão anterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Dispensada a leitura por solicitação do Deputado Ricardo Tripoli.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam com se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Expediente.

Comunico aos Deputados o recebimento dos seguintes expedientes: da Sra. Laura Reisfeld, que encaminha documentos relativos ao processo de importação dos ursos polares Peregrino e Aurora, para exposição no Aquário de São Paulo; da Exma. Sra. Vania Tuglio, que encaminha material contendo o procedimento administrativo criminal relativo à denúncia de maus-tratos aos ursos polares da Rússia, Peregrino e Aurora, por parte do Aquário São Paulo, o qual, em vista do caráter sigiloso, estará à disposição dos Srs. Parlamentares na Secretaria da Comissão mediante autorização do Presidente e assinatura de termo de compromisso; do Deputado Ronaldo Nogueira, que comunica que estará em viagem de missão oficial entre os dias 31 de outubro a 4 de novembro de 2015.

Ordem do Dia.

A presente reunião consistirá em audiência pública com a presença das seguintes pessoas: Tiziane Maria Onofre Machado, Presidente da Associação Viva Bicho, e Rosa Stefânia Marinho Rodrigues, Presidente da ONG APA — Anjos da Proteção.

Nós havíamos convocado para esta reunião os responsáveis do Centro de Controle de Zoonoses de Fortaleza e de Poços de Caldas, além do Secretário de



Saúde de Fortaleza, que não compareceram. Então, depois, temos que convocar, novamente, antes de fazer a coercitiva.

Após examinar o requerimento aprovado, convido a tomar assento à mesa a Sra. Rosa Stefânia Marinho Rodrigues. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Sr. Presidente, quero solicitar a V.Exa. que apele ao Deputado Goulart para sentar aqui na frente já que S.Exa. provavelmente terá algumas demandas dentro das questões que serão aqui expostas pela nossa querida depoente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Convido o Deputado Goulart para que chegue mais próximo de nós.

Após examinar o requerimento aprovado, esta Presidência registra que a Sra. Rosa Stefânia Marinho Rodrigues prestará seu depoimento na qualidade de testemunha, nesse sentido recaindo sobre a testemunha intimidada a depor o dever de dizer a verdade. Exorto, portanto, V.Sa. a prestar o compromisso de fazê-lo sobre o que souber e lhe for perguntado.

**A SRA. ROSA STEFÂNIA MARINHO RODRIGUES** - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Peço a atenção das Sras. e dos Srs. Parlamentares para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa.

O tempo concedido a cada um dos convidados será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteados. Os Parlamentares interessados em interpelá-los deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Concedo a palavra Rosa Stefânia Marinho Rodrigues por até 20 minutos.

**A SRA. ROSA STEFÂNIA MARINHO RODRIGUES** - Boa tarde a todos. Quero cumprimentar...

**O SR. DEPUTADO CHICO LOPES** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Chico Lopes.



**O SR. DEPUTADO CHICO LOPES** - Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem por conta de uma afirmação que está sendo explorada e não foi verdadeira e quero que conste no relatório da CPI. Nota: nova fala. Texto para ser lido hoje.

Destaco, portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais participantes da CPI, todos os representantes de entidade da imprensa aqui presente que ao contrário do que foi veiculado por algumas mídias sociais, nessa sessão do dia 29, apenas mencionei que o Governo do Estado do Ceará vem construindo um aquário de grande porte, em Fortaleza, com equipamento destinado, segundo o Governo, a impulsionar o turismo e a geração de emprego e renda, educação à pesquisa científica, e que esse empreendimento vem sendo alvo de críticas.

Estamos sempre abertos a crítica, contraponto, sugestões, como é normal do debate político, na democracia pela qual nós tanto lutamos neste País. Gosto do debate, e considero que nele a gente cresce e evolui, inclusive politicamente, desde que haja educação, respeito ao outro e ao contraditório das ideias. Mas gostaria de pedir que a minha fala não fosse o objetivo desta CPI, inclusive apresentei vários requerimentos para combater os maus tratos aos animais, entre eles, debate sobre vacina de cães e de combate à leishmaniose, e contraposição da eutanásia e maus tratos.

Então, estão aqui, meus requerimentos: o de número 30 requer audiência pública de combate, controle e prevenção; o 31 trata de apreensão de maus tratos e abate de jumentos; realização de audiência pública para ouvir o Presidente do Instituto Chico Mendes — ICMBio; combate à caça, tráfico e maus tratos. Requerimento que ainda não foi possível à Comissão fazer, não por não querer, mas por falta de condições ainda. Requeri a realização de audiência pública para propiciar o conhecimento a esta Comissão as boas práticas adotadas no Comando do Exército Brasileiro relativo aos cuidados dos animais.

Requeri realização de visita técnica aos frigoríficos do Ceará, em outros Estados da Federação, visando averiguar as condições de trabalho e procedimento adotado na sua consciência, com as normas legais do manuseio, *etc.*

Então, Senhores, eu queria que esta nota constasse dos Anais desta CPI, porque eu me dedico a isso desde Vereador, faço militância nesse sentido, e não



gosto de ser confundido com uma coisa que realmente não aconteceu, como dizer que nós tivemos divergências com o Relator, e o Relator...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - O que aconteceu, Deputado?

**O SR. DEPUTADO CHICO LOPES** - As mídias sociais de uma senhora que vai depor — e por isso eu estou lendo, porque vou sair para uma reunião de liderança — me coloca numa situação de que não foi dito nesta Casa.

Obrigado, e gostaria que constasse.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Presidente, antes de o Deputado Chico Lopes se retirar, eu queria lembra que S.Exa. tem sido um dos Deputados mais ativos aqui na nossa Comissão Parlamentar de Inquérito. Se o Deputado pudesse nos fornecer os dados da pessoa, exatamente o que ela posicionou, nós podemos fazer até uma nota da própria Comissão Parlamentar de Inquérito. Se pudesse nos passar uma cópia... Nós vamos dar uma checada, então, dar uma olhada. Fique tranquilo.

**O SR. DEPUTADO CHICO LOPES** - Tiraram até a minha fotografia, e, por sinal, eu estou muito bonito. Posso ser colocado nas mídias. *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Conte conosco. *(Pausa.)*

Olha, eu vou até ser sincero, no início da audiência, havia alguma divergência, é verdade. O Deputado Chico Lopes, quando o primeiro depoente prestou depoimento, até fez uma afirmação dizendo da importância dessa questão do desenvolvimento do seu Estado. Quando vêm o segundo e o terceiro depoentes, S.Exa. mesmo afirmou: *“Olha, eu tenho dúvidas agora do que eu estava dizendo, porque eu acho que faltam alguns dados, algumas informações.”* E, pelo que o senhor está dizendo, eu me lembro de um dos depoimentos, V.Exa. havia dito *“Não, não está correto; eu aqui estou numa dificuldade de me definir”*. Quando vem o terceiro, o senhor disse: *“Olha, agora, para mim, já mudei a minha opinião, em função dos depoimentos que foram aqui elencados no final da sessão”*.

Portanto, eu faço aqui uma correção, se é que posso, embora eu não tenha participado disso aqui, nem sabia dessa manifestação da posição de V.Exa., Deputado.

**O SR. DEPUTADO CHICO LOPES** - Pois é. Obrigado pela solidariedade. E foi isso que aconteceu, eu fui convencido que a utilização, etc. e tal... Então, eu fico



tranquilo, porque eu sei mudar quando me convencem. Agora, eu não aceito esse mal-estar contra os Deputados brasileiros. Qualquer bobagem, uma pessoa se acha com o direito de querer criticar um Parlamentar, ou os Parlamentares.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Concedo a palavra à Rosa Estefânia Marinho Rodrigues por 20 minutos.

**A SRA. ROSA STEFÂNIA MARINHO RODRIGUES** - Boa tarde a todos presentes. De início, eu quero agradecer a oportunidade em nome dos animais, em nome dos protetores do Brasil e dos ativistas. Eu vim aqui... Infelizmente, as pessoas que foram intimadas a se defender se acovardaram, não vieram, e quero falar da minha indignação, compartilhar com todos a minha revolta. Porque eu, como protetora, com ativista, como mãe de bicho, porque é isso que eu sou, mãe de animais. Quem não acha, guarde para você, muito obrigado, mas, por favor, respeitem. Outra coisa, quero falar da gravidade do caso do Centro de Controle de Zoonoses de Fortaleza. Primeiramente, o Deputado Chico Lopes sabe, eu já o procurei na reunião da Polícia, e pedi apoio, e infelizmente nossa política, as pessoas que foram convidadas e que não vieram, estão tão certas da impunidade, de alguma coisa que eu não sei, é uma blindagem imensa que o Prefeito tem, e o Governador do Estado tem, em relação ao Diretor do CCZ. Primeiro, quero questionar aqui, o mesmo é Vice-Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária; segundo, ele é Gerente da Vigilância Sanitária; terceiro, ele é Diretor do Centro de Controle de Zoonoses. No dia que foram à Comissão... Uma Comissão foi visitar o Centro de Controle de Zoonoses de Fortaleza, ele não estava; ele estava, mas mandou a coordenadora dele para atender as pessoas. Segundo, foi uma médica veterinária acompanhar as pessoas, que foram lá através de uma denúncia que eles receberam, que os cães estavam sendo mortos a marretadas. E essas pessoas foram ver de perto a procedência da denúncia, eu não estava presente. Mas esse caso repercutiu no mundo inteiro, porque quem acompanha... Então, o que é que eu quero contestar aqui? A veterinária que foi acompanhando as pessoas lá no CCZ está sendo processada pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária, porque simplesmente ela foi e constatou os maus-tratos dentro do CCZ. Aí vem a pergunta: como que um veterinário vai ter respaldo em denunciar um Centro de Controle de Zoonoses desses? Para quê? Para ser tirada a habilitação funcional



deles, para perder a carteira, de 6 anos, para a pessoa poder se formar, porque o Diretor de lá é o Vice-Presidente. Outra coisa, quero falar aqui também que os abrigos que existem não só em Fortaleza, mas no Ceará, melhor, no Brasil inteiro, porque aqui eu estou falando pelo Brasil também, estão sendo investigados pela Vigilância Sanitária, e se as pessoas em 30 dias não derem fim aos animais, o que vai acontecer com esses animais? Porque em Fortaleza não há abrigo público. O Centro de Controle de Zoonoses é o centro do extermínio, o inferno dos animais, e eu tenho como provar. Porque o que eu quero falar está tudo no vídeo que nós gravamos. Os animais do Centro de Controle de Zoonoses... Vocês não vão ver comida nas baias. Eu acredito que seja repassada alguma verba para comprar ração, eu não sei; o que eu sei é que a gente não vê. Todas as vezes que eu fui ao Centro de Controle de Zoonoses não tinha comida. Agora tinha — desculpem-me a expressão — fezes e urina. Muita! E a maneira deles fazerem o manejo da limpeza dos animais é com jato d'água. Vocês vão ver a situação dos gatos... Inclusive, vamos ter que levar à Justiça, porque se eles já saíram da antiga tutora deles para poder ir para o CCZ para sofrerem mais maus-tratos ainda, lá não é referência de animal nenhum. Outra coisa. Em relação à prática de eles "eutanasiarem" animais de grande porte. Até me emociono, porque eu que fiquei com o animal, o Guerreiro. O Guerreiro ia ser exterminado pelo médico veterinário do Centro de Controle de Zoonoses em via pública somente no cloreto de potássio, segundo testemunhas locais. Isso foi recente. Eu queria contestar isso. Tem inclusive vídeo que prova, inclusive a TV. Na televisão, o repórter ficou estarecido com a situação. Certo? Outra coisa que eu queria falar é a maneira. Gente, eles tiraram o local onde os animais de grande porte tinham dentro do CCZ para fazer um gatil para colocar os animais retirados da SEJUS. Quer dizer, estão tirando a vez dos animais de grande porte para beneficiar... Eu protejo todos os animais! Podem vir da China! Mas as baias que eram para ser de animais de grande porte foram transformadas em gatis, e esses gatis não são do Município. Esses gatis são da SEJUS. Quero saber que tipo de convênio é este, porque quem limpa o gatil lá é funcionário do CCZ. Quer dizer, desvio de função! O que está havendo? Eu queria que o Diretor tivesse vindo aqui para poder responder a essas perguntas. Certo? Eu quero saber dos anestésicos. Eu quero as notas fiscais dos anestésicos desde a época em que ele



iniciou a administração dele, porque nós iremos ver vídeos da época dele, só da época dele. Certo? Gente, o que está acontecendo dentro dos CCZs do Brasil é imoral, é indecente. Outra coisa também, esse Dr. Nélio é um canalha, perdoem-me, porque, a partir do momento que, dentro de uma Câmara Municipal, diz que eu sou um verme...! Ele passa por mim e diz que ele é inatingível! Eu me senti agredida, me senti agredida! Isso não pode, vindo de uma pessoa que você jura que tem um comportamento... É uma seda, é um cavalheiro, é um lorde, mas, por trás dos bastidores, vem me atingir! Outra coisa, eu estou aqui, mas eu sei que eu vou sofrer ameaças, como eu já sofri. Tenho um BO contra o Centro de Zoonoses, porque eu já sofri várias ameaças deles. E tenho como provar para quem quiser, se você quiserem. Eu estou aqui falando por amor aos animais. Sou emotiva, estou aqui por amor e quero que a justiça faça valer a pena todos os nossos esforços, porque foram muitas, muitas, muitas lutas. Muitas lutas! Eu sou capaz de... Eu perco minha vida, mas por eles. Mas, assim, como é que eu posso dizer... Gente, eles são seres sencientes. Está comprovado! Eles sentem frio, eles sentem fome, eles sentem dor, eles amam. O amor dos animais é incondicional! Qual o mal que um cachorro desse faz! Outra coisa, o mosquito do calazar, da leishmaniose, está crescente em Fortaleza porque o próprio Diretor, que é Gerente da Vigilância Sanitária, nunca fez nada. Que ele prove aqui qual foi a instituição que ele fez convênio para exterminar os mosquitos. Ele está exterminando como controle letal... O controle populacional que tem em Fortaleza é o extermínio. Não podemos mais aceitar isso! O Ministério da Saúde, o Ministério da Agricultura, o Ministério que for tem que mudar esse conceito. Nós estamos queremos progredir, e isto é uma regressão. Não podemos mais aceitar. Nós temos vacinas contra a *leishmaniose*! Outra coisa, os jornais, recentemente, mostraram que os casos de dengue triplicaram este ano. Antes eram 2 mil, nós estamos em setecentos. O que o Diretor do CCZ, da vigilância sanitária, Vice-Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária está fazendo? Nada! Nada! Eu deixei aqui a minha indignação, a minha revolta, o meu repúdio em nome de todos os protetores de Fortaleza, em nome de todos os protetores do Ceará. Vocês agora vão assistir a um filme-vídeo que relata tudo o que acabei de informar.

*(Exibição de vídeo.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Lopes.

**O SR. DEPUTADO CHICO LOPES** - Sr. Presidente, quero ser solidário. Quero confirmar que, quando eu era Vereador, também matavam os animais com marreta. Depois, nós conseguimos que o Prefeito comprasse aquela pistola pneumática, que mata. Vocês sabem que militei na OIP. No último sábado, um cidadão desceu do carro, não gostou do cachorro, bateu, bateu... A minha assessora foi à delegacia. Ele foi preso, vai responder em liberdade, mas o processo seguiu para a Justiça. O que ela está dizendo aí não acrescentou nada, é a realidade. Agora, como eu tenho relação com o Prefeito politicamente, independentemente do que for feito aqui na CPI, vou conversar com ele, porque me parece que fica bem claro que, em Fortaleza, esse departamento não tem importância nenhuma. Se na saúde funciona direitinho, por que com os animais é desse jeito?

Beatriz, parabéns pela tua coragem e pela tua emoção. Gosto muito de gente que tem emoção no que faz.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra a Sra. Stefânia.

**A SRA. ROSA STEFÂNIA MARINHO RODRIGUES** - No caso, gente, os exames que o Ministério da Saúde fornece são ineficazes. Se o animal tiver algum tipo de anemia, algum tipo de infecção, ele vai dar positivo para leishmaniose. Aí eu pergunto: quantas vidas já se foram? Quantas vidas foram perdidas? Nós temos o exemplo da Mirtília, pois o cãozinho dela foi levado antes do resultado sair. O primeiro problema é a forma como eles entregam os laudos da leishmaniose. Eu tenho gravação de funcionária lá dentro, porque a pessoa que foi pegar o laudo de animais gravou: "*Só entrego o laudo mediante a entrega do animal*". E como é que a pessoa vai ter direito a fazer contraprova? Quer dizer que os animais não têm direito? Quero falar também sobre a péssima administração do Sr. Nélio, de toda a administração dele. São pessoas que mentem para a mídia. Como exemplo, cito a história dos cambões: eles publicaram que queimaram os cambões. Quer dizer, os cambões não têm mais nem utilização. Isso ocorreu no dia 14. Mas, se eu não me engano, no dia 27 eles utilizaram os cambões para pegar animais. Gente, a carrocinha está proibida em Fortaleza de recolher animais. Isso está claro. Eles



estão descumprindo a ordem judicial. Quer dizer: quantas vezes eu já fui lá na 8ª Vara da Fazenda Pública falar com o Juiz? Mostrei, inclusive, vídeo pra ele. Outra coisa: eles continuam matando cachorro, recolhendo cães. Quer dizer, eles são blindados. A Secretária de Saúde claramente mostrou. Por que ela teve medo de vir? E o Dr. Nélio, que é tão petulante em relação às coisas? Porque ele é petulante, gente. Essa pessoa me chamou de verme. Ora, essa mesma pessoa, perante um Deputado, muda de personalidade; mas na frente dos protetores ele esculacha. Foi isso que ele fez comigo e fez com outras protetoras que estavam comigo. Algumas protetoras saíram de lá chorando. Tenho como provar. É até piada... Estou rindo assim, sarcasticamente, porque inúmeras vezes o Prefeito foi fazer visita social... Eu fui falar com ele; e ele mandava eu ligar para a secretária dele. E a secretária, quantas ligações minhas ela recebeu? Inúmeras. Inclusive, recentemente, nós fizemos uma “manifestação” — entre aspas —, porque nós queríamos um diálogo. Ele não nos recebeu. O Prefeito não sabe? Mentira! Ele sabe, sim! Ele é tão cúmplice quanto o Nélio. Ele é tão culpado quanto o Nélio e quanto a Secretária. E digo isso porque não quer saber da verdade, gente. É uma blindagem imensa! É blindagem! Esse povo é blindado! Hoje, se eu ligar agora para poder marcar uma audiência com ele, lá no gabinete dele, eles vão dizer que não tem agenda. Façam um teste. Tentem. Pode ser que eles estejam me assistindo neste exato momento e pode ser que eles marquem agora, para eu poder ir lá falar com ele. Eu estou arriscando minha vida, arriscando a vida da minha família e dos meus filhos, mas eu não vim aqui para esconder as verdades, não. Inclusive, Deputados, se houver alguma proteção, alguma coisa assim, eu quero — se eu tiver direito. Peço isso porque são pessoas que vivem me ameaçando. Eu tive que mudar o número do meu telefone, porque eu recebia ameaças. Então, quero falar aqui e agradecer a oportunidade. São tantos assuntos que eu queria falar aqui — inclusive, eu passava semanas ensaiando para poder falar tudo —, mas o nervosismo, o emocional grita. Mas quero deixar claro que a vigilância sanitária em Fortaleza persegue protetores. Eu quero deixar outra observação: nós não temos um hospital veterinário. Há um hospital veterinário construído por trás da UESF, entre a UESF e o CCZ. Está desativado, é desperdício de dinheiro público. O Governador... Cadê ele?! Há um hospital construído! Inclusive, já disseram, segundo algumas pessoas, que foram



comprados equipamentos, os quais já foram até roubados. Isso ocorreu lá em Fortaleza. Podem apurar isso, Deputados! Nós não temos hospital público. Os animais não têm proteção! Não há nenhum órgão que proteja os animais! Não existe, porque o CCZ não é referência de proteção. Hoje o CCZ é o centro dos infernos dos animais. Hoje o CCZ é um meio para diminuir a população dos animais! É um extermínio! Todos os anos temos a vacinação antirrábica. Este ano nós não tivemos. Sabem por quê? Porque agora eles fizeram a vacinação nas unidades, e a pessoa só pode vacinar se fizer o exame de calazar. Ela só recebe a coleira scalibor se fizer o exame do calazar. Qual o interesse disso? Queria que eles me respondessem! A coleira scalibor — segundo informação de funcionários — faz tempo que estava guardada no armário. Foram entregar já quase em cima do prazo de validade. Por quê? Então, é muita coisa que há por trás disso. Eu vou querer todos os recibos juntamente com TCN, juntamente com os Deputados. Quanto à compra de ração — eu posso provar —, todas as vezes que eu fui ao CCZ só havia uma vasilha de água — e não havia em todos os boxes, como eles chamam lá. E quanto ao manejo que eles fazem para limpeza, eles não usam sabão, nem Qboa; são jatos de água. Os cães ficam todos molhados. Vocês viram os gatinhos, não é? Nós não filmamos na hora em que eles estavam lavando, porque eles só lavam quando chega alguém, tal como a funcionária do CCZ falou no final do vídeo, certo? E também há o terrorismo que eles fazem às pessoas quando vão pegar seus cães! Tudo isso está aqui. Está provado! Nós temos testemunhas, nós temos funcionários falando no vídeo — funcionários! Não foi visitante, nem protetor, não! Então, nossa prova é toda documentada, e eu exijo resposta. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Queria agradecer à Rosa Stefânia Marinho Rodrigues, a quem peço que permaneça, pois haverá perguntas.

Antes de passar a palavra para o Deputado Ricardo Tripoli, queria só comentar e dar uma sugestão ao Relator.

Nós fizemos uma diligência no Centro de Zoonoses de Brasília e achamos diversas irregularidades: medicamento vencido, cães que estavam indo para o abate sem ter nenhum tipo de doença. Até conseguimos salvar um pinscher lá no dia. Havia uma ativista que estava na porta e adotou um pinscher que iria ser sacrificado



aquele dia, porque estava com sarna. Então, até quero agradecê-la. Acho que o nome dela era Luciana. Ela adotou o cachorrinho na hora.

Os responsáveis pela CCZ de Fortaleza e pela de Poços de Caldas não vieram. Eles foram convocados e não vieram. Mandaram uma carta dizendo que não poderiam vir. Nós poderíamos até usar a medida coercitiva, mas nós vamos ouvir o mesmo papo que ouvimos em todos os centros de zoonose.

O que eu queria sugerir para o Relator é que nós já colocássemos no relatório o pedido de indiciamento dos responsáveis desse centro de zoonose. Já que não vieram, então que já sejam indiciados pelo Ministério Público, a pedido de seu relatório. Isso era uma sugestão que eu tinha para fazer.

Com a palavra o Relator Deputado Ricardo Tripoli.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Stefânia, eu queria primeiro cumprimentá-la.

Conheço muito o seu trabalho, e nos falamos por *e-mail*. Nós, de São Paulo, reconhecemos o trabalho que você faz lá em Fortaleza. Ele é meritório, sabemos da dificuldade e da luta que você enfrenta.

Eu quero dizer o seguinte: o filme que você exhibe aqui ele fala por si só. É um filme que não precisa fazer contraprova. Ela está aí. Duvido que alguém conteste o que você demonstrou hoje aqui na nossa Comissão Parlamentar de Inquérito. Isso não é um Centro de Controle de Zoonoses, é um “Centro de Controle de Extermínio”, ao vermos a maneira como eles lidam com os animais.

O próprio Deputado Chico Lopes, que é do seu Estado, embora parceiro do Governo, declara que é um acinte tratar o Centro de Controle de Zoonoses dessa maneira. Por isso, hoje nós estamos aqui propondo que haja uma separação no Brasil: Centro de Controle de Zoonoses é uma coisa, vai cuidar de roedores, vai cuidar da dengue — enfim, de uma série de atividades —; hospital público de cães e gatos é outra coisa. Nós não podemos trabalhar com essa visão de que a prioridade é a de exterminar. É o inverso: a prioridade é a de recuperar.

Nós tivemos um depoimento, logo no início da nossa CPI, de um veterinário aqui de Brasília, da Universidade de Brasília, com o qual inclusive fiz um programa de televisão na *TV Câmara*. Ele é um dos precursores em salvar animais com leishmaniose, mesmo confirmada. Imagine a coitada dessa menina, que estava



esperando o animal dela de volta, e o pai, sem muita opção, pega o animal que ela tinha um carinho enorme e o leva para ser eutanasiado — e sabe-se lá de que maneira. Digo isso porque marreta em Centro de Controle de Zoonoses não é para pregar prego na parede, é para ser utilizada de uma forma desumana, desleal, desproporcional com os nossos animais. Portanto, não há como suportarmos mais isso.

E tenha certeza de que isso não ocorre somente no seu Estado, somente no seu Município. Nós temos vários exemplos.

Mas é preciso ficar muito claro que chegou o momento de darmos um basta nessa questão. A primeira coisa que eu proponho, Presidente, à CPI é que nós façamos aqui um requerimento de informações. Já que ele não veio, ele que nos mande as respostas oficialmente, até porque o contraponto nós já temos, para que depois solicitemos ao Ministério Público o indiciamento dele e de quem for corresponsável nessa irregularidade praticada diuturnamente pelo Secretário da Saúde, pelo diretor do Centro de Controle de Zoonoses, onde não tem nenhum motivo da sua existência.

Segundo aspecto, no caso que você nos solicita, nós poderíamos enviar um ofício à Polícia Federal baseada no seu Estado, para que obviamente mantenha certa vigilância, certo controle. Aliás, controle eu acho difícil, porque a Polícia Federal não teria membros para deixar à disposição. Mas o fato de você registrar um boletim de ocorrência de preservação de direitos na Polícia Civil e mais o requerimento que nós faremos aqui à Polícia Federal, dizendo da importância de você continuar trabalhando sem ter ameaças a todo instante é muito bom, porque fica registrado. Qualquer ato que você possa ter contra a sua integridade e a integridade de membros da sua família estará resguardado por esse boletim de ocorrência e pela solicitação que a Comissão fará como recomendação à Polícia Federal, para que aprecie, averigue e, obviamente, tome medidas contra esses casos que estão ocorrendo diuturnamente.

No mais, eu acho que nós temos que encaminhar, então, o requerimento de informações — o qual devemos aprovar aqui —; solicitar à Polícia Federal que te ouça lá, com a abertura de um boletim de ocorrência que, com certeza, será transformado em inquérito policial. As testemunhas você tem. E nisso você



obviamente coloque a salvaguarda por conta das ameaças que vem sofrendo — e sabemos disso.

Agora, tenha daqui da nossa Comissão, dos membros da Comissão, a tranquilidade de que estaremos daqui acompanhando seu trabalho lá em Fortaleza, sabendo da sua militância, do seu trabalho, do seu empenho. Vamos dar divulgação a essa questão que ocorre lá. E esperamos que o Prefeito se recoloca de maneira correta, não fazendo o controle populacional de cães e gatos no seu Município através do extermínio. Esse não é o modelo correto.

Nós já tivemos aqui o exemplo, no Estado do Pará, de um Município que fazia exatamente de uma maneira um tanto quanto diferente, mas o resultado era exatamente o mesmo: comprava cães machos e fêmeas por preços diferenciados na cidade, os colocava nas barcas, amarrava as patas, o focinho e os jogava numa ilha. E as pessoas não tinham sequer o direito de alimentar esses animais. Eles apareciam boiando na região do Pará. Portanto, é constante nós vemos casos semelhantes ao seu, embora de forma diferente.

Mas vamos fazer com que, primeiro, eles cumpram a lei. Maus-tratos é crime no Brasil, é crime no Brasil. E maus-tratos, então, praticados pelo poder público, são um agravante, porque, imaginem: o poder público é aquele que tem a obrigação de cuidar dos animais e não, obviamente, de exterminá-los.

Por último, você tem noção de quantos animais há hoje lá no CCZ? O volume de cães e gatos, mais ou menos, no gatil e no canil?

**A SRA. ROSA STEFÂNIA MARINHO RODRIGUES** - A gente se afastou, porque nós tivemos no início uma chance de fazer uma parceria com eles. Só quem falava com a gente era a coordenadora, que também mente para população, dizendo que os casos de leishmaniose em Fortaleza tinham diminuído. Eu mesma fui ao Hospital São José e tenho gravações. Ela deu uma entrevista na sexta. Na segunda-feira, Deputado, o diretor do Hospital São José, que é o hospital referência de doenças infectocontagiosas, tinha dado uma entrevista dizendo que o índice de calazar tinha aumentado. Contradiu tudo o que ela falou. Então, assim, o Prefeito e o Governador estão acima da verdade. E outra coisa: como é que o diretor do CCZ é o mesmo gerente da Vigilância Sanitária e dá o número de casos? Entende? São eles que fazem isso, dizendo que era uma avaliação feita através de agentes e que



os casos tinham diminuído. Mas não foi isso o que o hospital de referência comunicou na rede, na televisão local. Eu tenho esse vídeo.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Entendi. Todo o material que você tiver e puder nos enviar para a Comissão Parlamentar de Inquérito, nos envie. Entre em contato conosco e nos envie. Nós vamos tomar medidas e elaborar um requerimento, vamos solicitar a você que faça o boletim de ocorrência de preservação de direitos pelas ameaças que você vem sofrendo, e nós faremos uma recomendação à Polícia Federal.

**A SRA. ROSA STEFÂNIA MARINHO RODRIGUES** - E por isso nós não temos mais acesso ao CCZ, até porque não tem mais acordo. Na verdade, o que nós queremos é a exoneração da administração. Eles fazem mal não só para os animais, mais para a gente também. Certo? Então, respondendo ao senhor: eu não tenho números.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Está bom. Eu aguardo, então, a complementação desse material que você vai nos mandar e agradeço muito. Nenhuma pergunta, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Eu queria agradecer à Sra. Rosa Stefânia Marinho Rodrigues, Presidente da ONG APA — Anjos da Proteção.

Quero só fazer um comentário aqui: nós temos um projeto de lei que está tramitando na CCJ, o PL 3.490, de 2012, de minha autoria, que proíbe a eliminação de cães e gatos sadios em centros de zoonoses. Isso tem que ser uma prioridade para a gente aprovar no Brasil todo. Em São Paulo já existe essa lei, mas nos outros Estados ainda não. A gente tem que dar uma forçadinha nele.

Agradeço à Stefânia. Vou chamar o próximo convidado.

Convido para tomar assento à mesa a Sra. Tiziane Maria Onofre Machado, Presidente da Associação Viva Bicho. *(Pausa prolongada.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Dra. Tiziane, após examinar o requerimento aprovado, esta Presidência registra que V.Sa. prestará seu depoimento na qualidade de testemunha.

Nesse sentido, recaindo sobre a testemunha intimada a depor o dever de dizer a verdade, exorto Vossa Senhoria a prestar o compromisso de fazê-lo sobre o que souber e lhe for perguntado.



**A SRA. TIZIANE MARIA ONOFRE MACHADO** - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa.

O tempo concedido para cada um dos convidados será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteados.

Os Parlamentares interessados em interpelá-los deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

A senhora vai querer passar algum filme?

**A SRA. TIZIANE MARIA ONOFRE MACHADO** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Quer fazê-lo antes ou depois?

**A SRA. TIZIANE MARIA ONOFRE MACHADO** - Durante.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Durante. Então, está bom.

Concedo a palavra, por até 20 minutos, à Sra. Tiziane Maria Onofre Machado.

**A SRA. TIZIANE MARIA ONOFRE MACHADO** - Boa tarde a todos. Boa tarde Srs. Deputados, em nome de quem saúdo esta Casa e a parabenizo pela oportuna iniciativa de criar esta CPI. Realmente, os nossos animais estão clamando por atitudes de compaixão, principalmente deste Parlamento. Meu nome é Tiziane Machado, sou advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Ceará, bem como na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo. Sou Presidente da Associação Viva Bicho, uma organização não governamental cujos membros são defensores dos direitos dos animais, e Diretora Jurídica da Federação das Organizações Não Governamentais, Associações, Sociedades Protetoras dos Animais e Sindicatos de Profissionais da Proteção Animal do Estado de São Paulo. Atuo em ambas as entidades de forma voluntária. É fato notório que o Centro de Controle de Zoonoses de Fortaleza é protagonista de verdadeiro holocausto animal. A minha colega, antes de mim, já, de forma bastante emocionada, fez as declarações dela e passou algumas informações para os senhores. O argumento do Centro de Controle de Zoonoses de Fortaleza, e não só de Fortaleza, mas de todos os Centros de Controle de Zoonoses do Estado do Ceará e de boa parte dos Estados das Regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte, de forma bastante incisiva, tem realmente provocado um verdadeiro holocausto dos animais domésticos,



notadamente dos animais como os jumentos que ficam nas ruas. Esses animais frequentemente são atropelados e os Centros de Controle de Zoonoses realizam a eutanásia, como a que nós presenciamos há algumas semanas, simplesmente sem anestésico. É uma verdadeira aberração. E temos o clamor e a clemência da população para que os médicos veterinários desse Centro de Controle de Zoonoses não o façam. Em fevereiro de 2014, eu fui convidada a fazer parte da Comissão de Defesa dos Direitos dos Animais da OAB do Ceará. Na ocasião, essa Comissão estava sendo constituída e eu fui convidada, então, a fazer parte dessa primeira reunião, onde seria eleita a sua diretoria, como de fato foi. Na sequência da eleição dessa diretoria, o então Vice-Presidente à época, o Dr. Sérgio Ellery, fez um denúncia a todos os presentes, dizendo que a denúncia teria sido levada a ele por uma veterinária no sentido de que, no Centro de Controle de Zoonoses de Fortaleza, estaria sendo efetuada eutanásia não só por profissionais descredenciados, ou seja, as eutanásias eram feitas não por médicos veterinários. E que essas eutanásias estariam sendo feitas com requintes de crueldade. Causou-nos espécie no momento porque existe uma ação civil pública que tramita na Justiça do Estado do Ceará, na qual foi concedida uma decisão judicial em que se proíbe o Município de Fortaleza de eutanasiar animais sadios. Então, em um primeiro momento, causou-nos espécie essa denúncia, uma vez que éramos todos advogados, na dita reunião. E vocês sabem que não em coisa para deixar um advogado mais indignado do que saber que alguém está descumprindo uma ordem judicial. É o verdadeiro caos do sistema democrático de direito. Descumprimento de ordem judicial por uma autoridade é uma desobediência civil absolutamente inaceitável. Decidimos então, nós, advogados, fazer uma visita ao Centro de Controle de Zoonoses no dia seguinte, sem avisar. Nós fizemos uma visita surpresa. E lá, realmente, nós fomos recebidos de uma maneira... Todos estavam absolutamente assustados com a nossa presença. Jamais imaginariam os funcionários do CCZ que um grupo de advogados iria àquele local. A Diretoria do Centro de Controle de Zoonoses não estava presente e rapidamente foram colocadas ali algumas pessoas para fazer a interface conosco. Pedimos explicações nessa reunião. Estavam presentes uma médica veterinária e dois jornalistas. Esses jornalistas nos acompanharam em toda visita por todas as baias desse lugar — exatamente de onde foram batidas essas fotos. Boa parte delas



foi trazida pela Stephanie. Aqui é o Dr. Sérgio Ellery, esse advogado de óculos, eu e a atual coordenadora do Centro de Controle de Zoonoses, que nos acompanhou nessa visita às baias. O que nós vimos nessas baias? Nós vimos animais absolutamente em local insalubre, com fezes, urina, sem alimentação. Em uma outra baia, nós vimos um único prato de comida sendo disputado por cerca de 30 a 35 animais. E quando entramos na sala de eutanásia, confesso a vocês que, nesse momento, eu não me dei conta desse objeto, que eu não sei se é martelo, marreta, enfim. Eu confesso que não me dei conta dele. *(Segue-se exibição de imagens.)* Ele foi fotografado por um jornalista que estava conosco, que, depois, passou-nos essas fotografias, porque o nosso objetivo era realmente fazer um relatório e encaminhar esse relatório com essas provas para o Ministério Público, que é o autor da ação civil pública. Evidentemente, quando você se depara com uma denúncia e o objeto dessa ação civil pública, temos exatamente o mesmo fato, ou seja, eutanásia com requintes de crueldade. A partir daí nós começamos uma verdadeira “guerra” — entre aspas — silenciosa com as autoridades daquele Município. Obviamente que nós, que somos defensores dos animais, nós somos ativistas, nós temos uma rede de comunicação entre nós que é extremamente eficiente e nos comunicamos do Oiapoque ao Chuí. Em todas as Regiões do Brasil, nós sabemos exatamente o que está acontecendo. Nós sabemos o que está acontecendo no CCZ de São Paulo; nós sabemos o que está acontecendo no CCZ de Cuiabá; nós sabemos o que está acontecendo no CCZ de Crato, no interior do Ceará. Nós sabemos o que está acontecendo, porque realmente a nossa eficiência de comunicação é extremamente grande. E aí começamos uma guerra com essas autoridades, em primeiro lugar, para que elas efetivamente cumprissem a ordem judicial, que elas não estavam cumprindo. Realmente tudo o que a Stefânia colocou aqui é absolutamente verdade: nós não conseguimos diálogo com as autoridades; infelizmente, não conseguimos um comprometimento dos Parlamentares, como conseguimos em outras regiões do Brasil. E aqui eu não quero, de forma alguma, enaltecer ou dar destaque aos Parlamentares do Estado de São Paulo, que efetivamente são muito mais comprometidos com a causa do que o que a gente vê em outros Estados do Brasil, principalmente na Região Nordeste. A partir daí, como eu falei, a gente pôde verificar de fato o que acontecia nos bastidores do poder público do Ceará.



Começamos, obviamente, a conversar com representantes de outros Estados, começamos a conversar com representantes de outros Centros de Controle de Zoonoses. Sabemos que existem alguns órgãos públicos que têm realmente uma atuação, que é exemplo, e nós gostaríamos que esses modelos fossem repetidos. Infelizmente, essa não é uma prática comum. No CCZ de Fortaleza, efetivamente, existe uma política... o motivo dessa matança é o controle da leishmaniose. Na verdade, a leishmaniose visceral humana não só não tem diminuído, como também tem aumentado o seu percentual de letalidade no ser humano. Então, hoje essa doença, a leishmaniose visceral, mata o ser humano mais do que a dengue no Brasil. Este é um dado do Ministério da Saúde. Então, efetivamente essa política de sacrifício dos animais não só está desrespeitando o art. 225 da Constituição Federal, como também está causando um verdadeiro desserviço à população brasileira. Hoje, mais de 50% dos casos de leishmaniose estão concentrados na Região Nordeste. Mas essa doença já está descendo para as Regiões Centro-Oeste e Sudeste, e já há casos de leishmaniose na Região Sul. Então, na verdade, essa doença é uma endemia, que vai povoar todo o território brasileiro se essa política de controle da doença efetivamente continuar. Eu vi, numa das primeiras audiências aqui nesta CPI, em que o Deputado Ricardo Tripoli fez — acho que chegou a fazer — um requerimento para convocar o Ministro da Saúde — e houve um câmbio aí, o Ministro da Saúde saiu e entrou outro —, para que efetivamente a gente possa discutir essa política de combate a essa doença, porque o caminho não é o da eutanásia dos animais. O Brasil é o único país do mundo que mata animais para controlar essa doença. Os exames que são utilizados pelo Centro de Controle de Zoonoses são exames rápidos, cujos resultados saem em 15 segundos, que dizem se o animal está ou não doente. Estando doente, começa toda uma coerção desses agentes de saúde à população, para que entregue este animal à zoonose para que ele seja eutanasiado. Quanto a esse exame, existem estudos, inclusive há dissertação de mestrado de veterinários da USP, que dizem que, além de haver margem de erro de 10%, ou seja, mesmo dando soropositivo e havendo 10% de chance de esse animal não estar doente, existem reações cruzadas desse exame sorológico com outras doenças, como, por exemplo, a erliquiose, que é a famosa doença do carrapato, a babesiose e outras doenças. Se o animal estiver, por



exemplo, com a doença do carrapato e fizer esse exame, vai dar que ele está doente. Conseqüentemente, a família começa a ser vítima de uma verdadeira coação por parte dos agentes públicos de saúde para entregar o animal à eutanásia. Aí entra a nossa atuação, enquanto advogados, atendendo a essa população, porque essas pessoas são efetivamente carentes, que têm pouco ou quase nenhum acesso a advogados, a uma defensoria. E começa uma batalha nossa, enquanto voluntários, para ajudarmos essas pessoas a combater essa coação dos agentes públicos, orientando a fazer boletim de ocorrência, etc. Existe obviamente uma maneira muito simples e fácil de provar que está sendo cometido crime de maus-tratos pelo Centro de Controle de Zoonoses, basta esta Comissão requerer à Secretaria de Saúde do Município ou do Estado os exames sorológicos e a contraprova que atestem a leishmaniose visceral canina de todos os animais eutanasiados desde setembro de 2008, que é a data que foi dada a ordem judicial para que não se eutanaciassem animais sadios. Basta esta Comissão requerer: *“Eu quero a prova de que eles estavam doentes e a contraprova de todos os que foram eutanasiados”*. No primeiro eslaide, mostramos os números das eutanásias. Em 2008, foram eutanasiados 13.534 cães e gatos só em Fortaleza! Isso não é Estado. Em 2011, 7.493. Esses são números que encontramos na mídia. O Google, a imprensa da época, noticiava esses números. Em 2014, 8.450 cães; até agosto de 2015, 3.974 cães. Esses são números oficiais, porque quem os fornece para a Secretaria de Saúde... Quem nos forneceu esse último número, o de 2015, foi a Secretaria de Saúde em um papel. Está aqui para encaminhar à CPI.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Do Estado?

**A SRA. TIZIANE MARIA ONOFRE MACHADO** - Do Município, que foi fornecido pela Secretaria de Saúde do Estado, porque quem fornece esses números...

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. TIZIANE MARIA ONOFRE MACHADO** - Capital, capital. Por que tanta eutanásia? Só no Município de Fortaleza, segundo declaração de uma das veterinárias que trabalham nesse Centro de Controle de Zoonoses, são gastos 800 mil reais com anestésicos! Imaginem, 800 mil reais com anestésicos! Então, eis um



motivo bastante contundente para entendermos por que há tantas eutanásias. E eu me lembro da fala da Luisa Mell quando convenceu o então Prefeito de São Paulo a implantar uma política pública de controle de zoonoses, para que o CCZ de São Paulo não mais eutanasiasse, e um dos argumentos que ela levou foi: “*É muito mais barato castrar do que matar*”. Então, fica a dica: se estamos em uma época de contenção de despesas — fica a dica —, é caro matar, porque eu preciso de anestésico, eu preciso do cloreto de potássio, eu preciso de um profissional habilitado para isso, eu preciso de uma série de itens, para que efetivamente possamos fazer uma eutanásia de forma correta e enterrar o animal. Este é um outro problema também, porque hoje os cães eles ficam em geladeiras, e a gente tem foto disso. Na última visita que nós fizemos ao Centro de Controle de Zoonoses, em abril deste ano — inclusive a Adriana Khouri, Presidente da FAOS, e outros ativistas de São Paulo foram até o Ceará para ajudar nessa demanda —, e nós vimos lá corpos de cães, empilhados uns sobre os outros, e não estavam em *freezers*. Então, imaginem os senhores o problema de saúde pública que este órgão está causando à população de Fortaleza! E esse problema atinge principalmente a população de periferia, a população carente, que praticamente não tem acesso a um serviço eficiente de saúde. Este aqui é um *e-mail* que nos foi enviado por uma cidadã, onde ela se dizia absolutamente indignada, porque o animal dela fora recolhido pelo Centro de Controle de Zoonoses, foi feito esse teste rápido e, 2 dias depois, o animal dela havia sido eutanasiado, antes mesmo de ela ter o direito a fazer a contraprova. Diante de todo esse quadro, nós começamos, de forma dolorosa — porque precisar do Judiciário infelizmente não é o melhor caminho —, a utilizar o Poder Judiciário, tanto a Justiça Federal quanto a Justiça Estadual, enviando-lhes notificações, ações cautelares de protesto, justamente para evitar que, amanhã ou depois, esses agentes públicos, esses gestores públicos, pudessem dizer que não tinham conhecimento do que estava acontecendo. Então, nós enviamos uma notificação judicial ao Conselho Regional de Medicina Veterinária do Ceará, onde nós informamos o que estava havendo no Centro de Controle de Zoonoses e pedimos que eles fiscalizassem este órgão em relação ao que se estava fazendo com os animais. A resposta do Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária foi a de que realmente as instalações do CCZ estavam



funcionando perfeitamente. Esta aqui é a notificação, está no *site* da Justiça Federal, e tirei uma cópia para entregar ao Relator. Também protocolamos uma ação cautelar de protesto, em face do Prefeito de Fortaleza, o Sr. Roberto Cláudio, onde nós relatamos tudo o que acontecia e anexamos prova aos autos do processo. Essa ação cautelar de protesto é uma ação que a gente usa para informar à pessoa o que está acontecendo e o que nós iremos fazer caso ela não atenda às nossas reivindicações. E, nessa ação cautelar de protesto, eu dizia: *“O senhor pode ser processado por improbidade administrativa. A omissão em seguir ou em atender à legislação, principalmente à Constituição Federal... o gestor público pode ser processado por improbidade administrativa. E nós faremos isso”*. Isso é o que continha essa ação cautelar de protesto. E ele foi citado, através do Procurador do Município, pessoalmente. Então, essas são matérias que a gente vê facilmente na imprensa local: *“Animais com calazar vivem em situação de abandono”*. E vivem mesmo. Se os senhores fizerem hoje uma visita surpresa ao Centro de Controle de Zoonoses, vão encontrar a situação exatamente igual à que nós encontramos à época. Essa foi uma matéria que saiu na imprensa local em relação ao nosso último ato de manifestação, onde nós realmente encerramos uma fase de diálogo, porque nós não conseguíamos êxito em dialogar com nenhuma das autoridades locais. Essa não é, como eu disse no começo da minha fala, uma situação única e exclusiva das capitais. Isso é comum e frequente. Há várias cidades no interior do Estado — Iguatu, Sobral, Juazeiro, Crato —, onde inclusive os números de eutanásia são fornecidos tranquilamente pela Secretaria de Saúde do Município. Então, esta aqui é uma carta fornecida pelo Coordenador Regional de Saúde da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, onde ele comunica, a quem interessar possa, que 451 gatos e 827 cães foram eutanasiados no período de janeiro a junho de 2015. Esta é a forma como os agentes públicos de saúde capturam os animais. E, se os Srs. Deputados interpelarem algum agente de saúde ou questionarem por que isso foi feito, eles vão jurar que isso não é feito, que isso jamais ocorreu, que isso é uma montagem que nós fizemos com a fotografia. Negam veementemente. E realmente, para nós provarmos isso, precisamos que alguém faça o seguinte: fotografe e nos envie a foto. Mesmo assim, alguém pode dizer: *“Ué, mas essa foto nada prova que isso foi no Município de Sobral”*. Eu queria também chamar a



atenção de todos aqui para uma decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Através de uma ação civil pública interposta por uma ONG do Mato Grosso, a Sociedade de Proteção e Bem-Estar Animal, o Desembargador Federal diz: *“Com os avanços da ciência e com a existência de medicações que parecem adequadas, o extermínio de cães doentes por leishmaniose visceral, como forma de restaurar a saúde pública, não tem propósito, e cai muito mal diante da constatação de que esse holocausto nada mais é do que triste consequência da absoluta inépcia das autoridades sanitárias para erradicar uma moléstia que é endêmica no Brasil e vitima mais do que a dengue. É mais fácil atribuir aos cães a condição de repositórios do protozoário Leishmania chagasi, transmitido pelo mosquito-palha, e matá-los do que atuar de forma competente para destruir os criadouros do tal mosquito”*. Não preciso dizer que o Desembargador Federal chamou os gestores dos Municípios de incompetentes. E termina: *“Não tem o menor sentido humanitário, e ofende de modo tosco e brutal o art. 225, §1º, inciso VII, da Constituição Federal, a má-conduta do Município de Campo Grande, já que era uma ação que se dirigia ao Município de Campo Grande, de submeter ao holocausto os cães acometidos pela leishmaniose visceral, doença infecciosa não contagiosa, sem qualquer preocupação com a tentativa de tratar os animais doentes e com menos preocupação ainda com os laços afetivos que existem entre humanos e cães, pretendendo violar o domicílio do cidadão sem ordem judicial para despoticamente apreender os animais para matá-los.”* Então, a receita utilizada pelo Centro de Controle de Zoonoses de Campo Grande é exatamente a mesma utilizada pelo CCZ de Fortaleza e de outros Municípios. Eles coagem a população a entregar os animais de uma forma extremamente desrespeitosa e ilegal. É revoltante a gente ver a população carente sendo submetida a esse tipo de situação. Vocês veem que esses dados foram trazidos pela própria Secretaria e pelo próprio Governo do Estado, informando o número de casos de leishmaniose humana. A gente vê um aumento do número de casos. A classificação epidemiológica é intensa. Então, não só o Ceará, mas também, de forma geral, a Região Nordeste está absolutamente acometida por essa doença. Uma situação que nos causa repúdio é ver um Secretário não só do Município, mas também do Estado... A gente vê que a solução apontada por um biólogo, trazida à discussão por um grupo de trabalho, é o controle



letal. Existe um parque em Fortaleza, chamado Parque do Cocó, onde existe uma quantidade muito... É um local... Aliás, a grande maioria das praças públicas é local de abandono de gatos. E nesses parques existe uma fauna silvestre bastante intensa. Obviamente aqueles animais, naquele local, são considerados intrusos. Mas nós termos o controle letal como solução para acabar com essa convivência entre os gatos, que vivem naquele local não por opção, e os animais silvestres é absolutamente inaceitável. E essa solução foi trazida por um biólogo, apresentada a um grupo de trabalho pelo Secretário do Meio Ambiente do Estado do Ceará. Se o Secretário de Meio Ambiente dá aval a uma conduta dessas, imaginem o Secretário de Saúde. E, por fim, eu queria deixar aqui também um alerta diante de tudo que a gente viu nesta CPI, desde o dia 6 de agosto, e depois de tudo o que nós ouvimos em relação ao Instituto Royal. E só quem sabe realmente o que acontecia lá dentro são os ativistas que entraram lá e viram, os Deputados que estão aqui, que acompanharam de perto, e as figuras nefastas que acompanharam o Instituto Royal naquela ocasião. E essas figuras nefastas, repudiadas no Estado de São Paulo, estão sendo importadas pelos nossos gestores para a Região Nordeste. Vocês imaginem que o Sr. Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará anunciou, de forma bastante orgulhosa, uma parceria com esse senhor, Marcelo Marcos Morales, que atualmente é o Diretor do CNPq, para criar uma rede de biotérios no Estado do Ceará. Então, senhores, nós nos manifestamos. O nosso meio de comunicação com os Parlamentares, com a sociedade, são as redes sociais, e o nobre Deputado Chico Lopes, ele lê as nossas colocações nas redes sociais. Nós não queremos rede de biotérios no Estado do Ceará. Nós, sociedade civil, não queremos rede de biotérios lá. Nós queremos que o Estado do Ceará seja fomentador de tecnologia e de pesquisa científica que não faça experimentação no animal. Isso, sim, é ciência de ponta. Agora, trazer rede de biotérios... Nós publicamos uma nota de repúdio a esta tomada de decisão, que eu espero que não seja uma tomada de decisão, efetivamente, ainda. E, assim, o que eu vejo é que o que se consegue limpar em São Paulo, no Rio de Janeiro, nas Regiões Sul e Sudeste, coloca-se como um lixo, por baixo do tapete, para as Regiões Norte e Nordeste. Eu queria clamar aqui aos ativistas da nossa região para que, efetivamente, não deixemos isso acontecer. Eu acho que era isso que eu tinha a



colocar, eu acho que não tem mais nenhum *slide*. E, por fim, quero só dizer que nós somos muitos, nós somos organizados. Em breve, nós seremos uma confederação, para ter legitimidade para atuar no Supremo Tribunal Federal. É esse o nosso anseio. Hoje nós já somos duas federações, estamos em fase de constituição de uma terceira. E, com três federações, nós constituiremos a nossa confederação nacional, para podermos ter legitimidade para atuar diretamente no Supremo Tribunal Federal. Muito obrigada, Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Quero agradecer à Dra. Tiziane.

Com a palavra o Relator, Deputado Ricardo Tripoli.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Da mesma forma, quero agradecer à Dra. Tiziane, que nós conhecemos, combativa advogada, representante da OAB, das secções de São Paulo e do Ceará, que vem exercendo um trabalho excelente no seu Estado.

Fica muito claro, depois do depoimento de V.Sa., que o Estado não tem nenhuma preocupação com o controle populacional de cães e gatos. Os métodos utilizados são os mais arcaicos e ultrapassados que se possa imaginar. Na verdade, o que se pretende lá é o extermínio, pura e simplesmente, dos animais, cães e gatos principalmente, como controle populacional.

Isso afeta a todos nós. E o que a Comissão Parlamentar de Inquérito pretende é exatamente estabelecer um critério de separação no Centro de Controle de Zoonoses, que, na verdade, continuaria a acompanhar a questão da vacinação da dengue, os roedores, as abelhas. Enfim, que os nossos animais, principalmente os domésticos, que estão em maior volume nos centros urbanos, tivessem um atendimento diferenciado do preestabelecido pelo Centro de Controle de Zoonoses.

Há uma visão atávica, na minha opinião, há uma visão equivocada das administrações públicas no sentido do atendimento dos animais. Não se percebeu ainda que os animais são parceiros hoje dos seres humanos. Eles têm hoje uma interdependência, tanto o humano do animal doméstico, como o animal doméstico dos seres humanos, e, por conta disso, por serem seres sencientes, é fundamental que nós tenhamos um tratamento diferenciado, e não essa clínica de horrores que se vê a todo o instante.



Primeiro, eu queria solicitar a V.Sa. a documentação que colocará à nossa disposição. Ela será muito bem-vinda à nossa relatoria, que nós deveremos concluir no mês que vem, no mês de dezembro. Ela terá algumas indicações de requerimentos de informações, ela terá sugestões de medidas no âmbito policial e também solicitação de inquérito policial e indiciamento de algumas figuras que cometem essas barbáries por todo o Brasil.

Nós estamos buscando um relatório que seja indicador de políticas públicas voltadas para o bem-estar animal. Por isso, nós criamos a Comissão Parlamentar de Inquérito que averigua os maus-tratos: para quê se dê um volume tanto na questão dos animais silvestres, quanto dos animais domésticos e dos chamados animais exóticos vindos de outros países para o Brasil.

No que diz respeito ao biotério, que V.Sa. faz referência, ele é de uma — perdoem-me a palavra — cretinice e de um acinte. Não há a menor condição, hoje, de imaginarmos um avanço com biotérios de seres humanos vivos ou animais, que são seres vivos também.

Eu dou sempre o exemplo, nas reuniões de que eu participo, de que a telefonia no Brasil é o espelho claro do avanço tecnológico. Anos atrás, adquiria-se linha fixa telefônica que custava um absurdo. Uma linha telefônica no meu Estado, o Estado de São Paulo, era 10, 15 mil reais no valor de hoje. Havia pessoas com 10, 20 linhas alugadas. Linha telefônica era fonte de renda e, muitas vezes, havia lugar que mal pegava o sinal do telefone fixo. Para fazer uma ligação interurbana você tinha que solicitar à telefonista, para a telefonista ligar para o telefone, para poder finalizar uma ligação.

Hoje nós pegamos este aparelhinho — todo mundo o tem praticamente —, o celular, que, entre outras coisas, também é telefone. Ele hoje é um computador, hoje ele é uma máquina fotográfica, hoje ele é um rádio, muitas vezes, até uma TV. Isso é um avanço tecnológico. Em pelo menos 20 anos nós evoluímos muito!

Eu me recordo que há cerca de 10 anos eu tive contato com os médicos canadenses que já haviam confeccionado um equipamento que simulava uma cirurgia. Se o bisturi errasse, a máquina acusava automaticamente. E os testes naquele momento eram feitos com cadáveres: cadáveres de seres humanos, cadáveres de animais. Usavam-se, depois do falecimento, os cadáveres para



estudo. E, nesse caso, essa máquina simulava, para os alunos de Medicina Veterinária, quando havia um erro. E já havia filmes antigos em que se faziam essas barbáries hoje.

E nós sabemos que há uma linha muito evoluída já no Brasil: a chamada exclusão de consciência. Ou seja, as pessoas não querem mais participar de aulas com animais vivos sendo dissecados, sendo abertos, muitas vezes, para se fazer ortopedia, quebrando patas de animais para depois consertar. Quer dizer, são atrocidades, são coisas que nem na época da guerra patrocinada por Hitler, o Holocausto que ele impingiu à sociedade, naquele período, eram vistas com tanta gravidade e com tanta vontade e com tanta maldade sendo praticadas pelo ser humano.

Por conta disso, eu fiz uma emenda, inclusive solicitada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, para o Ministério da Ciência e Tecnologia, para se buscar avanços tecnológicos, de alternativas no que diz respeito aos experimentos científicos.

Não é verdade que nós dependemos do experimento científico com animais para a sobrevivência dos seres humanos. A talidomida é o exemplo prático, claro, de que serviu para primatas e quando foram utilizada nos seres humanos, deu no que deu: crianças nascendo sem perna, sem braço, sem orelha, sem mãos. Esse é o modelo clássico de utilização equivocada de um medicamento. Pode até haver semelhanças, mas elas não podem ser utilizadas nessa proporção e dessa maneira como é feito.

Imagino que a ciência, até por uma *expertise*, não vai... O que nós vemos hoje no Brasil — é muito comum na área da ciência — é a repetição do mesmo experimento científico por várias vezes, e chega-se à mesma conclusão. Não que seja um experimento científico novo: “*Olhe, estamos aqui inovando*”. Não. É experimento científico da mesma forma, da mesma maneira, com a mesma qualidade e para o mesmo resultado. E o que se faz com isso? Perde-se a vida de um animal. Não é correto, não é justo, não é coerente que isso ainda continue ocorrendo no Brasil.

Portanto, eu queria cumprimentá-la pelo seu depoimento, pela sua colaboração. E tenha certeza de que ela nos ajudará muito no nosso relatório, que



nós devemos concluir no mês que vem. Espero que seja um pequeno sinalizador aos Governos em todas as instâncias: Federal, Estadual, Municipal, para que se tenha um viés novo de pesquisa e de tratamento dos nossos parceiros, que são os nossos animais.

Muito obrigado pela sua participação. Não tenho nenhuma questão, nenhuma pergunta a fazer a V.Sa.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Tereza Cristina) - Vou conceder a palavra à Deputada Raquel Muniz, para as suas considerações.

**A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ** - Quero cumprimentar a nossa Deputada Tereza Cristina, o nosso Relator, Deputado Ricardo Tripoli, e parabenizar a brilhante exposição da Tiziane, que deu uma grande contribuição para o Brasil.

Eu mesma me encarreguei de avisar várias cidades para que pudessem nos acompanhar, porque eu acho que nós temos que nos mirar em modelos, e todo esse trabalho que vocês têm feito vai contribuir muito, especialmente para a nossa CPI.

Quando vemos o seu depoimento sobre uma capital onde estão acontecendo tantas eutanásias, lembro que a minha cidade, Montes Claros, precisa melhorar ainda muito o Centro de Controle de Zoonoses — CCZ, mas lá nós já avançamos.

Na minha infância, havia uma carrocinha que levava os cães, e nós não sabíamos para onde. E nós, quando crianças, ficávamos espantando os cães para que a carrocinha não pudesse pegá-los. Hoje, isso já não existe mais lá, e existe todo um protocolo para os cães doentes serem eutanasiados.

E quando você fala da federação — porque já existem duas. E aguarda-se a terceira para virar uma confederação —, nós percebemos, Deputado Ricardo Tripoli e Deputada Tereza Cristina, que nós estamos avançando.

E eu sou sempre muito otimista. Eu falo que nós vemos tantas coisas e esta CPI tem mostrado isso para nós. E, como médica de humanos, evoluí também com relação a isso, porque eu atendia em hospitais que eram referência em picada de cobra, mordida de cão, durante muitos anos — então, você via esse outro lado —, e também para tratamento de pacientes com calazar, um verdadeiro desafio para a Medicina. Você mesma colocou que lá em Fortaleza morrem mais pacientes com calazar do que com dengue. Então, eu falo que nós vimos evoluindo.



Eu vi, por exemplo, pessoas picadas de cobra chegarem com a cobra morta para mostrar qual era a cobra, a fim de facilitar o tratamento, qual o soro seria usado, e nós não fazíamos nenhum questionamento sobre a cobra estar morta. Hoje, eu vejo no curso de Veterinária da minha faculdade os alunos no laboratório — lá é um espaço muito grande, há uma mata no entorno — às vezes tratando cobras que estão feridas e devolvendo-as ao seu hábitat normal, o que nós não víamos ao longo dos anos.

Nós temos que orientar essa população a andar calçada no horário noturno, ficar atenta para isso. Nós temos que trabalhar, efetivamente, com prevenção. Nós percebemos que é preciso orientar esse Centro de Zoonoses.

E volto a falar nesta CPI da importância de nós trazeremos também o nosso Ministro aqui ao término dela. Com certeza, nós vamos entregar o relatório para ele, para nortear muitas coisas que o Ministério da Saúde vai poder fazer. Há uma verdadeira confusão. A zoonose é a porta dos fundos da saúde. Nós não podemos deixar isso acontecer. Esses animais também transmitem doenças que nós podemos prevenir.

Então, eu acredito muito no nosso trabalho, na seriedade da nossa Comissão e das pessoas que têm vindo aqui contribuir, especialmente V.Sa. que contribuiu muito nesta parte para o Brasil.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Tereza Cristina) - Não havendo mais inscritos para o debate, concedo a palavra à convidada para suas manifestações finais.

**A SRA. TIZIANE MARIA ONOFRE MACHADO** - Eu confio muito nesta Comissão, eu confio muito nos Parlamentares que estão nesta Comissão, porque efetivamente são pessoas que pediram para estar nesta Comissão. Hoje, de tudo o que nós ouvimos desde o começo desta CPI, que o Brasil tenha a certeza de que há muita gente — milhões de brasileiros estão acompanhando esta CPI —, realmente precisamos mudar, principalmente em relação à legislação. É imprescindível que os Estados brasileiros tenham delegacias especializadas. Muitas vezes, quando nós chegamos a uma delegacia, onde de cada 10 casos 9 são homicídios, e nós chegamos com um caso de maus-tratos de um animal, o delegado simplesmente



não quer sequer nos receber. E às vezes o Boletim de Ocorrência é feito de forma equivocada. Eles fazem o B.O. como contravenção. Muitas vezes, nós levamos o seu roteiro informando que é crime, não é contravenção penal. Então, há efetivamente um despreparo das polícias em relação ao crime ambiental. Recentemente, estive na Delegacia de Meio Ambiente em São Paulo e lá é completamente diferente. É óbvio que não é o mundo ideal. Não é o mundo ideal. Mas eu pude entrar na Delegacia de Meio Ambiente com um pedido de abertura de inquérito. Dirigi-me até o escrivão-chefe e pedi: *“Por favor, instaure esse inquérito para apurar esse crime de maus-tratos”*. Essa realidade não acontece em outros Estados. Então, é imprescindível essa proposição, esse apelo da sociedade brasileira para que os Estados tenham as suas delegacias especializadas, senão nós não vamos conseguir avançar. Um dos maiores problemas é o desconhecimento. Muitas pessoas não sabem que abandonar um gatinho recém-nascido lá na praça é crime. E, muitas vezes, o agente policial não sabe que aquele abandono que está acontecendo na frente dele é crime, e ele deixa passar. Isso acontece em Fortaleza, isso acontece frequentemente. As praças públicas hoje — aliás, não só de Fortaleza, mas das grandes capitais — são palco de abandono de animais domésticos. A grande contribuição que essa CPI pode deixar — e eu faço minhas as palavras da Dra. Vania Tuglio, por quem eu tenho profunda admiração não só pelo seu trabalho como Promotora, mas principalmente pelo sentimento que ela tem de amor aos animais, eu pude ver pessoalmente como ela efetivamente ama os animais — é com relação às proposições legislativas, é fazer com que as leis possam efetivamente proteger os animais. Nós temos uma Constituição Federal que já está mandando, não é? *“Faça isso”*. Já protege os animais. Então, precisamos dessas leis que protejam os animais para que nós efetivamente possamos — enquanto advogada —, fazer um trabalho mais eficiente de processar um Município, quando for o caso, mas tendo respaldo da legislação. Ainda bem que nós temos uma jurisprudência dessas, porque serve de *leading case* para nós nas próximas. Eu mesma estou já com uma ação civil pública pronta para protocolar na Justiça Federal do Ceará e vou utilizar como jurisprudência essa decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. São essas as minhas considerações. Muito obrigada.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Tereza Cristina) - Parabéns! Agradeço a Dra. Tiziane a presença. Muito obrigada.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, antes convocando a reunião ordinária para quinta-feira, dia 5 de novembro de 2015, às 9h30min.

Está encerrada a reunião.